

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

WELLINGTON SOARES ARAÚJO

Reabilitação de um imóvel no Centro Histórico para  
sede do 1º SGBM – Subgrupamento do Corpo de  
Bombeiros Militar do Maranhão.

SÃO LUÍS  
2005

WELLINGTON SOARES ARAÚJO

Reabilitação de um imóvel no Centro Histórico para  
sede do 1º SGBM – Subgrupamento do Corpo de  
Bombeiros Militar do Maranhão.

Trabalho final de graduação apresentado ao  
Curso de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade Estadual do Maranhão como  
parte dos requisitos para obtenção do título  
de Arquiteto e Urbanista.

Orientadora: Margareth Figueiredo

SÃO LUÍS  
2005

WELLINGTON SOARES ARAÚJO

Reabilitação de um imóvel no Centro Histórico para  
sede do 1º SGBM – Subgrupamento do Corpo de  
Bombeiros Militar do Maranhão.

Aprovado em:     /     /     .

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Arq. Margareth Figueiredo  
Orientadora

---

Examinador interno

---

Examinador externo

À minha família

# **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus

À Universidade Estadual do Maranhão

Ao curso de Arquitetura e Urbanismo e em especial à sua coordenadora

À orientadora Margareth Figueiredo

À professora Grete Pflueger

Ao funcionário José Carlos

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão

Aos engenheiros Fernando Castelo Branco e Palmeira

O sinistro ocorre onde à prevenção falha.

Autor desconhecido

## RESUMO

A reabilitação do casarão colonial de número 137, localizado na esquina da Rua 14 de Julho com a Rua da Palma.

Procura-se com o projeto dotar a área tombada pelo patrimônio histórico federal de mais um instrumento de defesa às ações preservacionista, ao mesmo tempo que se valoriza os aspectos arquitetônicos da história da cidade.

A reinserção do imóvel no contexto do desenvolvimento urbano de São Luís, através da implantação de um novo uso que dialogue com a tradição existente.

**PALAVRAS-CHAVE:** reabilitação; patrimônio histórico; tradição.

## **ABSTRACT**

The rehabilitation of the colonial big house number 137 localized on the corner of the Jule 14 street with the Palma street.

It's searched with this project to endow the topple area by day federal historic patrimony of defense the preservacionist actions in the same time that to give valour of the architectonics aspects of the history of the city.

The reinsertion that immovable property in the context of the urbane development of São Luís through of implantation of a new use that dialogue with the treason existent.

**KEY-WORD:** rehabilitation; historic patrimony; treason

# LISTAS

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	01 - Mapa de localização do Centro Histórico .....	15
Figura	02 - Área tombada pelo patrimônio histórico federal .....	17
Foto	01 - Incêndio no casarão em Ouro Preto – MG .....	18
Foto	02 - Destruição do casarão provocada pelo incêndio .....	19
Foto	03 - Material construtivo vulnerável ao fogo .....	25
Foto	04 - Localização da edificação .....	31
Foto	05 - Fachada contígua à Rua da Palma .....	32
Foto	06 - Fachada contígua à 14 de Julho .....	33
Foto	07 - Vista interna - estrutura de estabilização .....	33
Foto	08 - Estrutura da cobertura .....	34
Foto	09 - Elementos descaracterizadores .....	35

## LISTA DE TABELAS

Tabela	01 - Levantamento das condições dos casarões .....	23
Tabela	02 - Levantamento da regularização das medidas contra incêndio .....	24

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO x MODERNIDADE</b> .....	14
<b>3 RISCO DE INCÊNDIO: Um fator preocupante em edificações históricas</b> .....	19
3. 1 Preservação histórica .....	19
<b>4 INCÊNDIO DESTRÓI O PALÁCIO CRISTO REI</b> .....	21
4. 1 Histórico do imóvel .....	21
4.2 O sinistro que atingiu o casarão .....	22
<b>5 MEDIDAS CONTRA INCÊNDIO – UM PANORAMA ATUAL DA SITUAÇÃO</b> .....	23
<b>6. SEGURANÇA E PRESERVAÇÃO</b> .....	26
6.1 Prevenção .....	26
6.2 Ações de adequação .....	27
<b>7. IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE OPERACIONAL DO CBMMA</b> .....	29
7. 1 O anteprojeto .....	29
7.1.1 A localização .....	31
7.1.2 Caracterização da edificação .....	31
7.1.3 Memorial descritivo .....	35
7.1.4 Programa de necessidades .....	38
<b>8 CONCLUSÃO</b> .....	39
<b>REFERÊNCIA</b> .....	43
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	46

<b>APÊNDICES.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>62</b>



# 1 INTRODUÇÃO

Em uma época extremamente veloz e globalizada, como é a nossa, onde as informações fluem de um lado para outro em ritmo alucinante e quase sempre em tempo real, tomamos conhecimentos, a toda hora, de fatos que acontecem ao redor do mundo e que, de um jeito ou de outro, acabam por influenciar nossa vida cotidiana.

Dentre tais fatos o que mais tem nos chamado atenção são os prejuízos causados por fenômenos como furacões, terremoto, erupções vulcânicas, secas e, em especial, incêndios. Este último tem assolado a todos, independente de condições econômicas, políticas ou geográficas e, na maioria das vezes, tem efeitos devastadores, causando perdas e danos irreparáveis.

É óbvio que quando pensamos em medidas para prevenir tal evento, nos preocupamos, prioritariamente, com aquelas que visam à proteção à vida humana; contudo e não desprezando a relevância desse pensamento, é claro, cabe-nos ressaltar que alguns bens sejam eles tangíveis ou intangíveis guardam consigo valores inestimáveis para seu povo ou, até mesmo, para o mundo. Por conseguinte sua perda repentina representaria um impacto profundo do ponto de vista emocional e econômico para comunidade atingida.

Nesse sentido podemos afirmar que um incêndio no museu do Louvre (Paris, França), o qual o fizesse arder em chamas por algumas horas e destruísse todo seu acervo seria, do ponto de vista emocional e racional, inadmissível; pois dinheiro de seguradora nenhuma seria capaz de repor o patrimônio perdido.

Para se ter uma idéia da importância desse tema podemos citar um exemplo bem concreto que ocorreu em 1978, quando na ocasião o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro sofreu um incêndio que destruiu 90% da coleção do museu, que incluía aproximadamente 1000 obras de arte, além de pinturas emprestadas para uma exposição especial. Em apenas 30 minutos o sinistro provocou uma perda inestimável em valor cultural, além de 50 milhões de dólares, em moeda da época. Aquele edifício não era dotado de sistemas de combate automáticos ou de detecção e alarme e apesar de ter sido recuperado, seu acervo nunca mais foi o mesmo e a tragédia permanece latente na memória da cidade.

Diante dessa triste lembrança é que são feitas algumas indagações: Será que um acidente como esse poderia atingir nosso patrimônio? O quê poderia ser feito para preveni-lo? Será que nossos profissionais têm pensado nisso na hora de projetar? Quais as medidas que as instituições fiscalizadoras e ordenadoras vem adotando nesse sentido? São essas e outras dúvidas que permeiam nossos pensamentos e, por isso mesmo, é o foco principal de nossas atenções neste trabalho.

Para tal lançamos mão de ferramentas importantes nesse processo, a ação presencial do estado, através de seu órgão especializado – o Corpo de Bombeiros – na área em questão, a revitalização de um casarão no Centro Histórico para abrigar um grupamento dessa instituição e a adoção de medidas de segurança que visem garantir a preservação do patrimônio (Centro Histórico), como um todo, no que se refere aos aspectos da segurança contra incêndio e pânico na cidade de São Luís.

## 2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO X MODERNIDADE

O patrimônio histórico é um componente vital para o processo evolutivo de nossa cidade. Portanto não pode ser diminuído a ponto de se tornar apenas uma acumulação de objetos compondo uma lista de bens tombados. De fato não há evolução cultural sem o embasamento de experiências anteriores. Uma vez que tais experiências são marcas da história e da identidade de um povo, refletindo assim sua memória coletiva, a qual alimenta todo esse processo evolutivo. Então os elementos tangíveis dessa memória são justamente os objetos que representam essas experiências. Portanto para que esse acervo cumpra seu papel social é preciso que não se limite à condição de arquivo museológico à disposição dos estudiosos da história, da arte e da arquitetura ou a ser oferecido, quando possível, à fruição do público.

*O patrimônio não pode ser visto, em suma, apenas num sentido mítico, de admiração pelo passado. Os bens culturais tombados devem se integrar à vida de hoje. Eles participam, com sua carga de valores históricos, artísticos e sociais, da construção do nosso futuro. Eles exigem uma abordagem renovadora, o recurso a um sentido de apropriação com vistas à sua reinserção no processo contínuo de nosso desenvolvimento (Campello, 2002. [n.p.]).*

Nessa moderna concepção de patrimônio, a participação da sociedade é fundamental e determinante. Pois percebemos que tal integração é um viés importante na proteção dos núcleos históricos e dos monumentos integrantes do contexto urbano, a qual aponta para defesa da qualidade de vida nas cidades e,

ainda, para seu crescimento harmonioso, fundado na continuação da tradição e da identidade local.

O patrimônio é também um tema em torno do qual as comunidades cultivam um sentimento de auto-estima e o exercício da cidadania. Uma vez que se pode dizer que o conjunto de bens culturais forma um quadro em torno do qual se reforça a identidade do povo e se estabelece uma concepção solidária, embora diversificada, de objetos comuns e modos autênticos e peculiares de expressão coletiva.



Figura 01: Mapa de localização do Centro Histórico

A relação dialética entre o patrimônio dos especialistas e o patrimônio de todo o mundo só se estabelece a partir da formação dessa consciência coletiva sobre a importância de preservar os valores das tradições, da experiência histórica e da inventividade artística. Pois tais elementos constituem parte da material com o qual vamos moldando, no presente, a construção do nosso futuro. É com essa memória extremamente ativa e dinâmica que temos de lidar no trato das questões do patrimônio histórico atualmente.

### **3 RISCO DE INCÊNDIO: Um fator preocupante em edificações históricas**

O incêndio é um evento aleatório que tem grande poder destrutivo e sua ação pode ser potencializada quando estão presentes condições propícias à propagação rápida das chamas. Se tomarmos, por exemplo, a área tombada pelo patrimônio federal logo verificaremos que os riscos são muitos e logo saltam ao mais superficial olhar informado. Posto que dois dos muitos parâmetros de risco, são visíveis: a densidade de carga de incêndio e o risco de ativação. O primeiro se calcula pela massa de material combustível por unidade de área nas residências, comércios, hotéis e pousadas da cidade; o segundo se avalia pelo número de pessoas que ocupam os imóveis, pelas circunstâncias dessa ocupação, pela planta das edificações e pela qualidade da manutenção.



Figura 02: Área tombada pelo Patrimônio Federal  
Fonte: Google Earth

Ao longo do tempo, as mudanças na edificação e em seu uso aumentaram certamente a carga combustível. Apesar de jamais ter sido medido, o processo de mudança do mobiliário e a adaptação de imóveis residenciais para comerciais ou vice e versa, faz crer no aumento da densidade de carga de incêndio. Foi assim no Chiado, em Lisboa, onde, em 1988, um incêndio destruiu 18 prédios históricos, datados de 1755. A grande quantidade de materiais combustíveis existentes no interior das edificações aliada à falta de compartimentação e a dificuldade de acesso do corpo de bombeiros pelas ruas estreitas e tomadas por veículos estacionados possibilitaram o desenvolvimento do incêndio em grandes proporções.

Mas não só a quantidade de carga de incêndio tem mudado: a velocidade com que uma antiga mesa de madeira liberaria calor é muito menor que a das

mesas de plástico ou dos estofamentos dos sofás das salas de hoje. Esse fato traz um sério agravamento do risco.

A densidade de ocupação atinge picos nas datas festivas: São João, Carnaval entre outras. Onde muitas pessoas se acumulam nas ruas estreitas e se acomodam em uma densidade muito superior nas pousadas, repúblicas e residências. Mais gente, mais risco de ativação de incêndio.

Existe também uma característica inerente a essa área: o fogo de uma edificação pode passar com imensa facilidade à outra vizinha e dessa às seguintes. Não há estanqueidade na maioria das edificações, mormente acima dos forros: os gases quentes do incêndio encontram por aí o caminho para saciar sua voracidade. Mas, às vezes, as tortuosas ruas e largos aproximam demais as fachadas e o calor, transferido por radiação, pode entrar em outro prédio e aí gerar incêndio. Entende-se o que houve no Chiado e o que poderia ocorrer em Ouro Preto, Olinda ou em São Luís em circunstâncias idênticas.



Foto 01: Incêndio no casarão em Ouro Preto-MG  
Fonte: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br)



Foto 02: Destruição do casarão provocada pelo incêndio.

Fonte: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br)

### 3.1 Preservação Histórica

Atuar na área de prevenção em uma cidade colonial como a nossa tem extrema importância devido as suas características desfavoráveis no combate ao incêndio. Visto que as edificações de maior interesse de preservação são geralmente coladas umas às outras, construídas com materiais muito vulneráveis ao fogo e aglomeradas em ruas estreitas. Igrejas e edifícios públicos de maior porte possuem elementos decorativos insubstituíveis – altares, forros, esculturas – onde não se pode admitir que o fogo sequer comece, uma vez que até mesmo um combate eficaz auxiliaria na destruição de objetos, edifícios, acervos ou sítios históricos de valor inestimável para uma cidade, um país ou até para a humanidade, além de um grande impacto emocional e econômico.

Em uma escala nacional, a perda de tesouros culturais pode ser vista como uma calamidade. Se o patrimônio cultural de uma cidade, de um estado ou de um

país estiver em risco, seu sentido na identidade nacional ou regional estará posto em perigo também.

É muito importante a maneira de como mitigar o risco ao patrimônio cultural. Quando de um planejamento para emergência, a situação do patrimônio cultural deve ser discutida. Naturalmente, a proteção da vida é prioridade, mas não devemos de modo algum deixar nosso insubstituível patrimônio cultural fora dessa preocupação.

Após o incêndio que destruiu o antigo Hotel Pilão em Ouro Preto, em abril de 2003, a comoção pública foi tamanha que despertou a atenção das administrações públicas federal, estadual e municipal, de organizações não-governamentais e da sociedade para os riscos a que estavam sujeitos os importantes patrimônios históricos nacionais.

Para o curador de um edifício histórico, o objetivo maior é a conservação, o processo de manter a propriedade em suas condições originais tão quase como possível. Outros fatores da preservação histórica incluem a restauração, a reabilitação e a utilização adaptável.

*A reconstrução será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida, nem com recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações – a adaptação será o agenciamento de um bem a uma nova destinação sem a destruição de sua significação cultural (Carta de Burra, 1980. [n.p.]).*

Embora a segurança da vida e a preservação de propriedade sejam os objetivos preliminares de todo o programa de proteção contra incêndio, fornecer a segurança de fogo em propriedades históricas difere fundamentalmente da proteção

das estruturas modernas. Essas diferenças derivam-se da natureza das propriedades e da finalidade fundamental da preservação histórica.

O controle de perda em caso de incêndio para edifícios modernos focaliza tipicamente preservar a vida útil da estrutura, um objetivo que reconhece implicitamente a demolição e o colapso como uma parte natural do ciclo de vida da propriedade. Do ponto de vista preservacionista o enfoque é outro, pois o que se pretende atingir é a preservação do patrimônio histórico na eternidade, uma missão que tem uma visão diferente da proteção contra incêndio. Uma estrutura histórica existe como um registro do produto ou do visual de significado arquitetônico ou histórico. Se o edifício for destruído, essa função cessa de existir. Um fogo descontrolado, não importa seu tamanho, é inaceitável se causar danos irreparáveis a esses bens históricos.

## **4 INCÊNDIO DESTRÓI O PALÁCIO CRISTO REI**

### **4.1 Histórico do Imóvel**

Localizado à rua dos Remédios, em frente à Praça Gonçalves Dias, o Palácio Cristo Rei foi construído em 1835 – século XIX – pelo comerciante Joaquim Batista de Prado, ‘O Pradinho’, tendo servido por muitos anos de residências à sua família.

Uma de suas excentricidades era servir mendigos que lhe batiam à porta, com o que havia de mais caro e de mais saboroso na sua casa, com o único propósito de chamar atenção dos curiosos.

Depois do suicídio de Pradinho, foram os últimos proprietários particulares do Solar os senhores João Bonifácio de Carvalho e Constâncio Xavier de Carvalho, que passaram o direito de posse para Arquidiocese do Maranhão. A partir daí, o prédio funcionou, consecutivamente, como sede da Escola de Jesuítas, da Escola Normal, do Curso de Aplicação (1931). Sediou o Arcebispado em 1953, ganhando, dessa data em diante a denominação de Palácio Cristo Rei.

Tempos mais tarde, foi a vez do Palácio abrigar a Faculdade de Filosofia, ciências e Letras e o Instituto de Letras e Artes, permanecendo nessa função até 1973.

O imóvel foi adquirido para Universidade Federal na gestão do Reitor Cônego Ribamar Carvalho, quando teve algumas de suas dependências reformadas por estarem ameaçadas de desabamento. Todavia, foi na gestão do Reitor Josué Montello que o Solar passou por uma expressiva reforma, passando então à condição oficial de sede da Reitoria da Universidade.

Para proteger seu inegável valor histórico e cultural foi assinado no dia 12 de outubro de 1990, o Decreto número 11.594, entre o governo do Estado e a UFMA, referente ao processo 1573/85, de tombamento da edificação.

#### 4.2 O sinistro que atingiu o casarão

No dia 24 de outubro de 1991, um incêndio fez arder em chamas o Palácio Cristo Rei, o sinistro começou por volta das 8:45h e só ao meio-dia foi dominado

pelos bombeiros. Esse evento teve início no Gabinete do Reitor após um curto-circuito no aparelho de ar condicionado. A sala estava fechada e foi necessário arrombá-la para tentar debelar o fogo, mas foi tarde demais uma vez que o fogo se alastrara e já tomava conta de cortinas, carpetes, assoalho e forro de madeira.

Em minutos o incêndio destruiu várias dependências da edificação e, colocou um fim a toda memória da universidade, dos seus 25 anos de existência. Na época um acervo de documentos importante também foram perdidos, sem contar nos danos causados ao edifício histórico pela ação do fogo.

## **5 MEDIDAS CONTRA INCÊNDIO – UM PANORAMA ATUAL DA SITUAÇÃO**

Tem nos causado preocupação a situação como se encontra hoje o sistema de combate a incêndio na área do Centro Histórico, em especial a tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Federal, a qual é abarcada neste trabalho. Levantamentos mostram uma realidade dramática dessa situação.

<b>ORD</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
01	Total de prédio tombados na área federal	1.074
02	Casarões em estado precário	93
03	Casarões em estado de ruínas	31
04	Casarões em bom estado de conservação	367
05	Casarões em estado de conservação regular	166
06	Edificações contemporâneas	687

Tabela 1: levantamento das condições dos casarões.

Fonte: núcleo gestor do patrimônio histórico.

<b>ORD</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
01	Edificações que tem sistema preventivo funcionando de maneira satisfatória e possui documentação CBMMA	60
02	Edificações que estão com as medidas de segurança contra incêndio e pânico vencidas	70
03	Edificações que possuem riscos adicionais por estarem em situação de conservação precária (processo de desabamento, abandonadas entre outros)	162
04	Edificações que não possuem nenhum tipo de sistema preventivo	782

Tabela 2: levantamento da regularização das medidas contra incêndio

Fonte: Defesa Civil/CBMMA.

Um outro ponto negativo é a deficitária rede preventiva pública, composta de 09 (nove) hidrantes, que não funcionam todos os dias devido as manobras de água feitas pela Concessionária local na rede e, também, não estão em quantidade e distanciamento satisfatória, segundo o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

Junta-se a isso o fato de que os acessos são definísseis em virtude do excesso de estacionamentos na área, inclusive dos dois lados da rua em alguns pontos, as ruas são estreitas demais e os carros que atendem esse tipo de ocorrências são de grande porte e não existe na corporação veículos adequados para combate no Centro Histórico. Em muitos trechos há barreiras mecânicas que dificultam ou impedem o acesso naquela rota, como na Rua do Comércio, Rua Portugal, Rua Estrela e outras. Tais obstáculos podem se tornar decisivos na eficiência de um combate a incêndio no bairro.

Também inexistente na área uma unidade do Corpo de Bombeiros que possa prestar um atendimento mais rápido e especializado, diminuindo assim o tempo

resposta em situações de emergências e limitando ao máximo os efeitos danosos e prejuízos causados por um incêndio que, por ventura, possa ocorrer naquela área.

Um outro fato importante é que as edificações de maior interesse de preservação são geralmente coladas umas às outras, construída com materiais vulneráveis ao fogo. As igrejas e edifícios públicos de maior porte possuem elementos decorativos insubstituíveis – altares, forros, esculturas – que em muitos casos também podem ajudar a propagar o fogo.



Foto 03 : Material construtivo vulnerável ao fogo

A falta de normas específicas de segurança contra incêndio para áreas de preservação cultural, tanto a nível federal, estadual como municipal é um outro fator agravante dessa problemática atual.

## 6 SEGURANÇA E PRESERVAÇÃO

### 6.1 Prevenção

A engenharia de incêndio tem métodos para abordar esses problemas: há técnicas para prevenir o que não deve ocorrer porque, mesmo acontecendo, ainda que prontamente combatido, levará a prejuízos incalculáveis. Um dos elementos da segurança humana implica evitar a exposição dos ocupantes em nível perigoso de produtos de combustão. Esse objetivo está condicionado pela probabilidade de retirar rapidamente os ocupantes em perigo da área de influência dos efeitos do fogo. O exame detalhado do desenvolvimento do fogo e as características dos comportamentos determinam a magnitude do risco. É necessário empregar medidas específicas de segurança para o centro histórico com vistas a reduzir ao máximo o risco existente.

No entanto, tais medidas podem não ser suficientes para garantir a proteção de edificação que abriga o patrimônio, seja este histórico, artístico ou cultural, em função de suas características muito específicas. Neste caso é necessária uma profunda integração entre os órgãos envolvidos tanto no projeto, como na execução, na fiscalização e na manutenção da segurança contra incêndio desses edifícios.

As normas norte-americanas NFPA 909: *Protection of Cultural Resources* (Proteção de Patrimônio Cultural – Edição de 2001) e NFPA 914: *Fire in Historic Structures* (Proteção contra Incêndio em Edifícios Históricos) da Associação Nacional de Proteção Contra Incêndio tratam da questão da segurança contra incêndio destes locais, podendo ser um documento de referência para projetista e instaladores de

sistema de proteção contra incêndio, assim como para responsáveis pela manutenção da segurança dessas propriedades.

Estas normas da NFPA destacam as seguintes preocupações:

- Plano de Emergência;
- Critérios mínimos necessários para implantação de um programa de prevenção de incêndios;
- Medidas de segurança para novas construções e para reformas em edificações existentes. Os cuidados durante a construção ou reforma têm ênfase especial, pois incêndios ocorrem com frequência nos edifícios históricos por negligência durante a obra, sejam de restauração ou reformulação, quando o sistema de proteção está mais vulnerável e a presença de matérias e operações perigosas pode ser necessária, como por exemplo, armazenamento de material inflamável ou uso de equipamento de solda;
- Importância da manutenção preventiva e corretiva;
- Particularidades de diferentes tipos de uso de edifícios históricos ou que abrigam acervos históricos-culturais.

Ainda que estas normas não tenham compulsoriedade em nosso país, o seu conteúdo pode, certamente, servir de base para o desenvolvimento de regulamentações e normas locais, assim como pode orientar os profissionais para o tratamento destes tipos de uso específico.

## 6.2 Ações de adequação

Levando-se em conta o que já foi mencionado no capítulo anterior, propomos algumas medidas de curto, médio e longo prazo, cujo objetivo é

equacionar de maneira viável e progressiva os problemas encontrados. Pois é óbvio que algo deve ser feito, não podemos ficar de braços cruzados, a mercê da sorte e esperando que aconteça uma tragédia para que depois adotemos soluções. Essas medidas são colocadas a seguir a seguir:

-Levantamento de dados: É preciso que se façam vistorias específicas para a área em questão a fim de determinar a verdadeira extensão do problema e adoção de possíveis medidas emergências a serem adotadas.

- Sistema de hidrantes públicos: revisão de toda rede de hidrante com vistas a melhorar o sistema já existente e ampliar a rede para pontos estratégicos e áreas que se encontram descobertas pela rede.

- Acessos: Criação de acessos emergenciais dentro da área do Centro histórico, inclusive com mapeamento de rotas, de condições de tráfego e reordenação de estacionamentos, com vistas a diminuir o tempo resposta de atendimento e facilitar a ação do Corpo de Bombeiros naquela área.

- Atendimento a emergências e prevenção: Implantação de uma unidade operacional especializada do Corpo de Bombeiros, para esse tipo de atendimento, que possa, além de dar uma resposta rápida a emergências no setor, fazer um trabalho preventivo sério que busque, acima de tudo, a preservação da vida e do patrimônio ali presente.

- Controle: A integração dos diversos órgãos que atuam na área do Centro Histórico, através de sistema gestor, que procure identificar possíveis falhas, propor soluções, planejar novas ações que visem à preservação e manutenção do nosso patrimônio.

- Revisão da Legislação: Criar legislações específicas para o local, uma vez que já sabemos se tratar de edificações históricas de elevado valor cultural, as quais tem características peculiares e, portanto, merecem uma atenção especial.

## **7 IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE OPERACIONAL DO CBMMA**

### 7.1 Do anteprojeto

Em uma sociedade extremamente “mundializada” como somos atualmente é preciso redescobrir o local em contraposição ao global, as manifestações regionais, a tradição e as peculiaridades. É preciso olhar para o patrimônio como um bem que representa identidade e exterioriza o valor de nossa cultura, da característica marcante de nosso povo. Então de modo algum a exaltação frenética pelo novo deve suplantar a valorização dos bens que representam referências culturais e naturais, as quais simbolizam as diferenças e diversidades de cada cultura.

Preservação e revitalização significam manter e tornar vivo bens de inegável valor histórico e cultural, fazendo ganhar sentido para as pessoas e, especialmente, aguçando a identidade.

*O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso*

*ponto de referência, nossa identidade. (Luiz Cruz, professor, artista plástico e bombeiro em Minas Gerais)*

Na área de preservação do Centro Histórico tombada pelo patrimônio Federal há um conjunto de imóveis de imensurável valor histórico e arquitetônico, dos quais vários apresentam riscos iminentes de desabamento ou incêndio, segundo dados da Defesa Civil do Estado do Maranhão, como já mencionamos anteriormente e outros tantos se encontram abandonados, a mercê do tempo do vandalismo.

O Centro de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros estima que se a estas forem acrescentadas as edificações que apresentam alguma irregularidade nas medidas contra incêndio e pânico, esses cálculos seriam, pelo menos duplicados, o que representaria quase 50% do total das edificações da área estudada.

Portanto é preciso que se tomem medidas imediatas com vistas a garantir a salvaguarda desse patrimônio, mas não só isso, é preciso também que essas medidas dialoguem e se contextualize com as questões sociais existentes, diminuindo, assim, a distância entre o patrimônio dos especialistas, como já foi comentado, do patrimônio de todos nós.

Nesse sentido valorizar a arquitetura existente seria, sem dúvida, uma opção viável e relevante para manter a identidade e característica do local. Ao passo que a destinação a um novo uso resgataria e reinseriria o bem cultural ao processo contínuo de desenvolvimento de nossa cidade. É baseado nesses aspectos que se propõem a criação de um espaço para abrigar uma unidade operacional do Corpo de Bombeiros na área tombada pelo IPHAN, pois nos parece óbvio que, além dos pontos aqui alocados, a implantação de tal atividade resultaria, conseqüentemente,

em um outro foco não menos importante da preservação desse legado arquitetônico – a prevenção contra incêndio e pânico desse maravilhoso conjunto.

### 7.1.1 Localização

A atividade escolhida será instalada em um casarão colonial localizado em Zona de Proteção – ZPH – do Centro Histórico da cidade de São Luís-MA, na esquina da Rua da Palma com a Rua 14 de Julho.

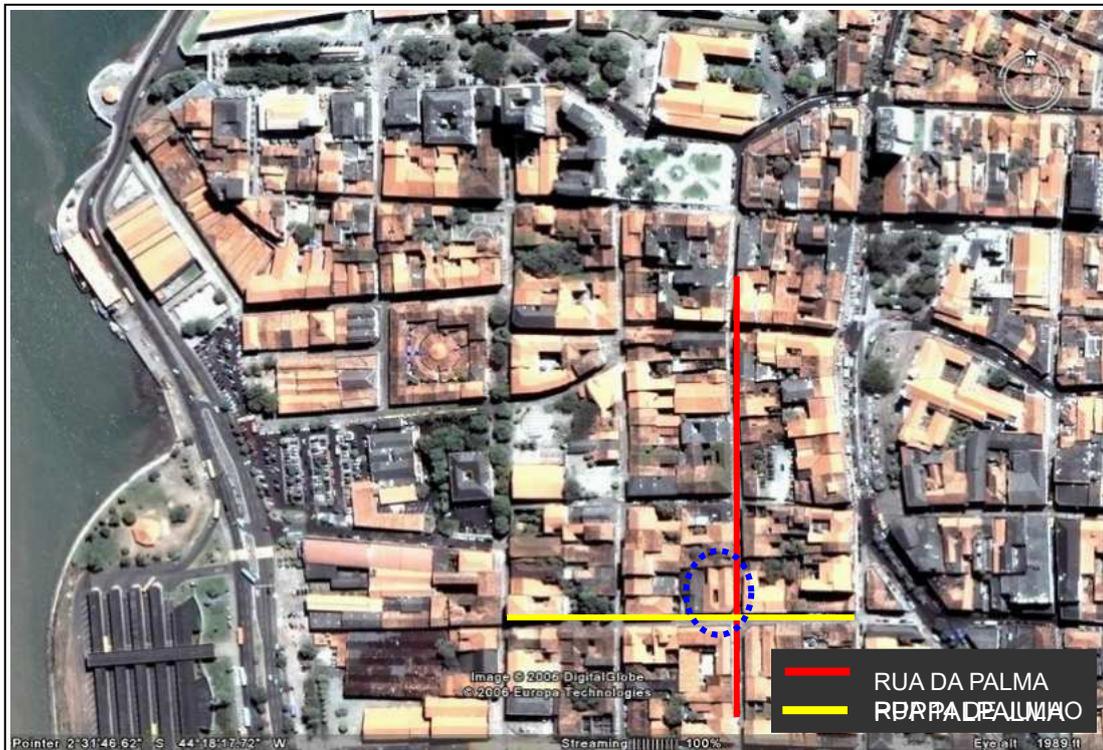


Foto 04: Localização da edificação  
Fonte: Google Earth (2005)

### 7.1.2 Caracterização da edificação

O imóvel escolhido é de propriedade do Governo Estadual e se encontra em área tombada pelo Governo Federal com registro no processo de número 64 do livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e paisagístico e n 513 do Livro do Tombo

das Bela Artes, em 13 de março de 1974, segundo decreto- lei n° 25 de 30 de novembro de 1937.

Trata-se de um prédio térreo, originalmente de uso comercial, tradicional, de esquina, cinco vãos na fachada voltada para rua 14 de Julho, oito voltado para a rua da Palma e um na fachada chanfrada referente ao canto. Os grandes vãos, um à esquerda na fachada da rua 14 de Julho e o da fachada chanfrada, são mais largos que os demais e suas vergas são em arco abatido. Os restantes têm verga em arco pleno. Todas as portas são retalhadas e possuem bandeira em gradil de ferro trabalhado, sendo que a principal, de canto, inexistente. As fachadas possuem ainda barra de massa, friso, cimalha e platibanda.



Foto 05: Facha contígua a Rua da Palma



Foto 06: Fachada contígua à Rua 14 de Julho

Internamente, o prédio praticamente não apresenta resquícios de seu partido original. Possui uma estrutura de concreto armado que segue a compartimentação de anteprojeto aprovado pela coordenação regional do IPHAN e que serviu também para estabilizar as fachadas.



Foto 07: Vista interna – estrutura de estabilização

Acima do nível das vergas temos o madeiramento do telhado formado por 14 tesouras dispostas, duas a duas, paralelamente à rua 14 de Julho.

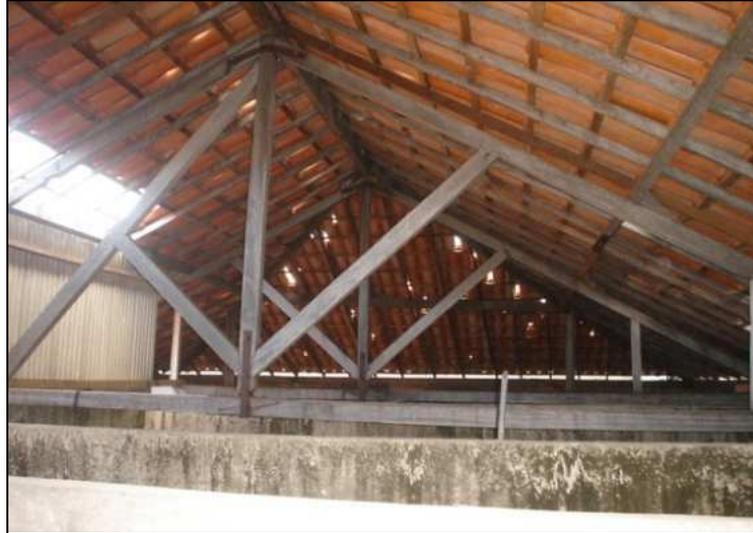


Foto 08: Estrutura da cobertura

Na cobertura com 7(sete) águas foram empregadas telhas do tipo colonial, a qual devido a inclinação e, também, a falta de fixação deslizaram provocando pontos vazios na mesma.



Foto 09: Elementos descaracterizadores

Como elementos descaracterizadores o prédio apresenta, na fachada, grades de ferro diagonais (01-foto 09), a platibanda acima da cimalha (02-foto 09) e, internamente, nova distribuição dos compartimentos (03-foto 09). Quanto a cobertura é certo que não segue a volumetria original (04-foto 09).

Atualmente o prédio se encontra abandonado servindo apenas para estacionamento de veículos, fato que contribui para destruição do piso remanescente.

Cabe ressaltar que o imóvel abriga ainda uma subestação da Cemar, que deve ser integrada à proposta apresentada.

### 7.1.3 Memorial descritivo

Intervir em um edifício histórico, concebido de acordo com princípios específicos de um estilo e época, não é tarefa fácil. Cabe nos a difícil missão de criar uma arquitetura que estabeleça um diálogo adequado com o espaço existente, instaurando um novo programa, completamente distinto, na maioria das vezes, do original.

Levando-se em conta esse conceito é que a intervenção (apêndices 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15) buscou valorizar os aspectos histórico, cultural e arquitetônico de nossa cidade através da reabilitação de um imóvel tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) para atendimento das ocorrências

inerentes às atividades do Corpo de Bombeiros, a fim de suprir a necessidade existente na área tombada no couber a essa instituição.

O empreendimento se caracteriza por possuir uma localização estratégica dentro da área escolhida, ou seja, centralizada, o que influi diretamente na diminuição do tempo resposta às chamadas emergenciais a serem atendidas pelo órgão, é, também, de acentuada beleza, apesar de se encontrar em completo estado de abandono e degradação, além de já estar sob a propriedade do estado (anexo 01).

A edificação possui atualmente área total construída de 613,02 m<sup>2</sup>, devendo ser ampliada para 786,84 m<sup>2</sup> com a criação de um mezanino. Sendo distribuído da seguinte forma – o pavimento térreo se apresenta com 613,02 m<sup>2</sup> e o mezanino com 173,82 m<sup>2</sup>. Tais valores serão suficientes para o desenvolvimento de todo o programa de necessidade proposto para aquela atividade.

Para tal fizemos um projeto que consta de uma garagem, recepção, salas administrativas, refeitórios, alojamentos, cassino, sala de reunião, banheiros, almoxarifado, depósito e casa de bombas.

À exemplo dos prédios que abrigam unidades dos bombeiros, aqui houve uma preocupação especial com a garagem, a qual foi fator determinante para escolha do imóvel, esta se localiza no térreo, tem pé direito duplo e é acessada através um grande vão de porta colonial emoldurado por uma belíssima verga em arco abatido.

Já na recepção, marcada pelos dois vãos de porta, que proporcionam acesso independente de pedestre; as esquadrias de vidro chamam atenção para transparência do ambiente e, ainda, permitem o controle do acesso de veículos na garagem.

Indo adiante e seguindo um pequeno percurso paralelo a fachada, pela circulação interna, chega-se a quatro salas amplas, as quais abrigam o setor administrativo – sala 01 (B1/B2), sala 02 (B3/B4), sala 03 (subcomando) e sala 04 (comando da unidade), esta última servida por banheiro, conforme exigência do programa de necessidades.

À esquerda temos dois banheiros sociais, que serão utilizados pelas pessoas que sempre visitam o grupamento, bem como uma área descoberta que servirá para abrigar um pequeno jardim, este por sua vez tem uma dupla função, humanizar e harmonizar o ambiente e prover os cômodos adjacentes de iluminação e ventilação.

Ao centro, ainda no pavimento térreo, alocaram-se os dois refeitórios e, mais adiante, uma pequena barbearia onde se procurou aliar funcionalidade, simplicidade, iluminação e tradição.

O almoxarifado, mais ao fundo, também recebe iluminação natural, a qual penetra no ambiente através da esquadria que dá para a área livre, esta por sua vez abriga o depósito, a casa de bombas e um espaço para máquina de ar condicionado.

Contíguos a essa área estão também um alojamento para oficiais e uma sala para reuniões, ambas devem ser climatizadas, contudo não se deixou de lado a preocupação com a iluminação e ventilação natural desses ambientes.

Mas o ponto alto desse projeto fica por conta da criação de um mezanino, que serviu para organizar os alojamentos de praças e o cassino, ambiente que servirá como ponto de descanso nos intervalos das ocorrências. Esse nível é acessado através de uma escada metálica, cuja concepção buscou dar mais leveza ao ambiente.

Do mezanino se pode chegar facilmente à garagem onde estão estacionados os carros de atendimento de emergências através dos tubos de descida verticais, estes serão confeccionados em aço inox para facilitar o deslocamento dos valorosos soldados do fogo.

Da cobertura, muito pouco foi alterado, pois se procurou manter a volumetria existente, apesar de não ser original, uma vez que ficou claro que a mesma parece não agredir seu entorno. Porém foram tomadas algumas medidas com vistas a melhorar seu aspecto funcional e estético. Nesse sentido podemos citar a: fixação das telhas e o acabamento do madeiramento que irá ficar aparente.

Sintetizando, a concepção projetual se preocupou com a conservação do que já existia no local, todavia, procurou adaptar o espaço ao novo uso que a atividade assim exigia. A fim de que se pudesse um diálogo pacífico entre o patrimônio e sua reinserção no contexto de desenvolvimento de nossa cidade.

#### 7 1 4 Programa de necessidades

Com o intuito de atender as necessidades que a atividade de bombeiros requer para seu estabelecimento é que foi elaborado o programa que se segue:

- Garagem para 03 (três) veículos de emergência de médio porte: 147,97m<sup>2</sup>;
- Alojamento 10(dez) praças com vestiário para 30(trinta) homens: 57,83m<sup>2</sup>;
- Alojamento para 2(dois) oficiais com banheiro: 12,34m<sup>2</sup>;

- Refeitório de praças, pelo menos, 10(dez) simultâneos: 15,23m<sup>2</sup>;
- Refeitório para oficiais: 10,28m<sup>2</sup>;
- Recepção: 21,01m<sup>2</sup>;
- Banheiro social feminino e masculino: 11,18m<sup>2</sup>;
- Sala para reuniões para, no mínimo, 35(trinta e cinco) pessoas: 31,71m<sup>2</sup>;
- 01(uma) sala para B1/B2: 13,42m<sup>2</sup>;
- 01(uma) sala para B3/B4: 12,89m<sup>2</sup>;
- 01(uma) sala para o subcomando: 14,14m<sup>2</sup>
- 01(uma) sala para comando da unidade com banheiro: 19,53m<sup>2</sup>;
- 01(uma) depósito: 7,65m<sup>2</sup>;
- 01 (um) almoxarifado: 17,61m<sup>2</sup>;
- 01(uma) casa de bombas: 6,06m<sup>2</sup>

Prever sistema de abastecimento das viaturas na própria edificação.

## 8 CONCLUSÃO

O Centro Histórico sempre foi um dos principais atrativos da cidade de São Luís, muitos são os que se encantam com a beleza dos casarios construído na época colonial, essas edificações são testemunhas incondicionais de uma grande parte de nossa história e, incontestavelmente, da riqueza cultural de nosso povo.

São a nossa identidade, algo que herdamos gratuitamente de uma passado rico de valores culturais e, por isso mesmo, não deve se esfacelar no

presente, pelo contrário, deve ser repassado a nossos filhos com herança a ser perpetuada no futuro.

Portanto a preservação desse patrimônio requer nossa atenção imediata, e sobre ela recai um trabalho difícil, persistente, pertinaz, quase obscuro, do dia-a-dia, na luta contra o abandono, a degradação e a destruição desse acervo. O resultado é o surgimento de uma consciência social quanto à importância da preservação e o envolvimento da comunidade nos cuidados com esses bens culturais.

Sendo assim preservar, reabilitar e valorizar esses bens é uma questão da coletividade, sem a qual esse trabalho, simplesmente, não se pode concretizar. A revitalização de um bem tombado, visto como um objeto isolado, desprovido de perspectiva de uso adequado para integração ao meio social e de um projeto para garantir, ao longo do tempo, os recursos para sua manutenção, perde o significado e a objetividade quando transforma o bem em objeto de arquivo, fadado a novos desgastes e à necessidade de novas intervenções. Só com a participação dos atores envolvidos e com o dinamismo do processo social pode-se obter este projeto de sustentar e tornar vivo e permanente o trabalho da preservação.

Somente com o envolvimento direto ou indireto de todos é possível projetar os valores da memória ativa da nossa trajetória social e cultural na concepção do nosso futuro. Nesse âmbito o papel dos órgãos públicos como o Corpo de Bombeiros tem importância fundamental dentro da perspectiva preservacionista que se deseja para o local. Uma vez que a segurança contra incêndio e a preservação histórica compartilham de objetivos comuns para impedir os danos ou a destruição de bens históricos.

Por outro lado é preciso resolver os conflitos que ocorrem entre as exigências das legislações e normas de prevenção contra incêndio existente e os padrões da preservação que impedem a alteração de estruturas das edificações históricas. A aplicação rígida ou indiscriminada dos códigos de prevenção contra incêndios atuais pode comprometer ou alterar características de arquitetura importantes das edificações históricas

O desenvolvimento de soluções criativas visando à proteção da vida e a segurança contra o incêndio inclui o desenvolvimento de métodos de avaliação de segurança contra o fogo de modo que seja possível otimizar a proteção às pessoas e às edificações, minimizando o risco de incêndio, os danos e as intervenções malsucedidas aos bens culturais.

Pois é fato que a política de preservação adotada para o Centro Histórico de São Luís e, em especial, para a área aqui estudada; tem produzido bons frutos a nível conceitual, social e cultural. Todavia é questionável quando percebemos que todo esse patrimônio corre sérios risco à sua integridade, pois nos parece óbvio que há uma imensa probabilidade de um incêndio atingir em cheio nosso sítio histórico. E as dimensões desproporcionais dos prejuízos causados, tanto no campo emocional, como no histórico-cultural e econômico seriam inaceitáveis.

Por isso é que se levantou a discussão sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural contra incêndios e a necessidade de um maior compromisso das pessoas e dos órgãos envolvidos com este problema. Não podemos esperar que um incêndio em hotel, restaurante, igreja ou qualquer outra edificação ou bem histórico venha a ocorrer para delinear termos linhas de ações corretivas.

È necessário que se tomem ações preventivas imediatas para evitar que tal tragédia ocorra, posto que sinistros como aconteceu em Ouro Preto (2003) e,

recentemente, em Florianópolis (2005) pode de fato ocorrer em São Luís em circunstâncias idênticas. Até quando vamos continuar a contar com a sorte?

## REFERÊNCIAS

**Consciência e preservação.** Acesso em 21 de maio de 2005. Disponível em <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br>>

**Patrimônio Cultural: revitalização e utilização.** Acesso em 21 de maio de 2005. Disponível em <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br>>

Corpo de Bombeiros de São Paulo. **Manual de fundamentos: Práticas Operacionais.** São Paulo, 1997.

**Plano de Preservação: sítios históricos – termo geral de referência.** Brasília, 2003.

**Patrimônio Cultural Imaterial.** Acesso em 19 de maio de 2005. Disponível em <<http://www.unesco.org.br>>

**O patrimônio: legado do passado ao futuro.** Acesso em 19 de maio de 2005. Disponível em <<http://www.unesco.org.br>>

Centro de Atividades Técnicas – CBMMA. **Projeto Alternativo: uma proposta de proteção contra incêndio e pânico para o centro histórico de São Luís.** São Luís, 2002.

CORPO DE BOMBEIROS DO MARANHÃO. **Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão.** Lei nº 6546 de 29 de dezembro de 1995, São Luís.

CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO PAULO. **Regulamento de Segurança Contra Incêndio do Estado de São Paulo.** São Paulo, 2001.

COSTA, Antônio Ferreira da. **Detalhando a arquitetura X** (deficiente físico e idoso), Valença – RJ: Gráfica PC, [1998]

NEUFERT, Ernest. **Arte de Projetar em Arquitetura**. São Paulo: Gustavo Gili, 1974.

VIANA, Nelson Solano. **Iluminação e arquitetura**. São Paulo: UniABC, 2001. 362 p.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. **Legislação urbanística básica de São Luís**. São Luís: Imprimiu. 1997.

\_\_\_\_\_. O caminho da simplicidade para desfrutar as delícias do campo. **Arquitetura e construção**, São Paulo, n. 114, p. 37-43, ago. 1995.

\_\_\_\_\_. Outros sons, outros trens. **Arquitetura e urbanismo**, São Paulo, n. 136, p. 78-85, nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Múltiplas faces – recuperação do centro histórico de João Pessoa. **Arquitetura e urbanismo**, São Paulo, n. 96, p. 38-41, mai. 2000.

\_\_\_\_\_. Tintas e superfícies texturizadas. **Arquitetura e construção**, São Paulo, n. 114, p. 78-95, mai. 1993.

\_\_\_\_\_. Com escadarias e arcadas, novo espaço cultural faz uma releitura da tipologia do centro histórico. **Projeto Design**, São Paulo, n. 142, p. 48-43, jul. 1999.

IPHAN. **Prevenção de incêndios em conjuntos históricos**. Minas Gerais: Geraes, [2005]. 40 p.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon. **Monumentos históricos do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.

HUE, Jorge de Sousa. **Uma visão da arquitetura colonial no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

CARTA internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios: Carta de Veneza. In: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 1. Veneza, 25 a 31 mai. 1964.

CARTA internacional para salvaguarda das Cidades Históricas: Carta de Washington. In: 8ª Assembléia Geral do Icomos, 1. Washington . 1987.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Monografia, dissertação e Tese**. São Paulo: Avercamp, 2004. 124 p.

## GLOSSÁRIO

**HIDRANTE DE COLUNA** – dispositivo dotado de registro que tem a finalidade de fornecer água em vazão e pressão suficiente para abastecimento dos caminhões do Corpo de Bombeiros

**GRADIL** – armação de ferro ou outro material, em forma de grades, para vedação ou proteção.

**GUARNIÇÕES** – peças de enquadramento de um vão de porta ou janela, ou seja, ombreira, verga, sobreverga, etc, trazendo ornato ou cuidado trabalho de arremate.

**PORTADA** – grande porta, enquadrada por compartimentação ornamental.

**PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO** – toda medida que visa salvaguardar o patrimônio e as vidas do risco de incêndio.

**REDE PREVENTIVA PÚBLICA** – sistema de canalização composta de hidrante de coluna, os tem objetivo específico de fornecer água para viaturas de combate a incêndio.

**RISCO** – condição insegura que possibilita o acontecimento de um acidente.

**SOBREVERGA** – trabalho ornamental que, sobre as mesmas, acompanha as vergas ou padieiras de portas, janelas, etc.

**SINISTRO** – acidente de qualquer ordem que venha causar prejuízo material ou de vidas.

**TAIPA DE PILÃO** – parede feita de barro socado ou mole, misturado a outros materiais, que lhe emprestam menor plasticidade e resistência, como cal, areia, cascalho, fibras vegetais, estrume animal.

ADOBE – elemento construtivo, semelhante ao tijolo, preparado com argila crua, secado ao sol, e que também é feito misturado com palha, para se tornar mais resistente.

## **APÊNDICES**

## **ANEXOS**